

# HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Carlos BAUER<sup>1</sup>

*Centro Universitário Nove de Julho – Uninove –  
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE  
São Paulo – SP*

Recepción 18/02/2007  
Evaluación 05/04/2007  
Aceptación 25/07/2007

## RESUMO

O objetivo deste ensaio é refletir sobre um tema que diz respeito à formação do professor, o caráter político de sua profissão, ação pedagógica e o compromisso que este produz com as classes populares em sua luta cotidiana contra as sórdidas condições que lhe foram impostas pelas elites brasileiras no momento que esta produziu, ideológica e culturalmente, sua concepção de nação. Buscamos apontar criticamente como alguns aspectos dos discursos ideológicos produzidos pelas elites brasileiras tem contribuído historicamente com a «deformação» e a «desqualificação», dos profissionais do ensino. No cotidiano da escola, a temática da identidade cultural precisa receber atenção permanente. Produzida a partir de experiências históricas diversificadas, a cultura nacional vem se desenvolvendo pela intensa e conflituosa confluência de classes sociais, raças e etnias. O problema é que, no desenvolvimento de nosso trabalho docente, reproduzimos mecanicamente concepções excludentes, reducionistas e mesmo preconceituosas do processo de formação da identidade nacional no Brasil.

**Palavras-chave:** ideologia, pertencimento, cultura, cotidianidade e identidade nacional.

<sup>1</sup> Carlos Bauer é professor e pesquisador do Programa de Pós Graduação em Educação do Centro Universitário Nove de Julho – Uninove, integrando o Grupo de pesquisa em história e teoria da profissão docente – Gruphis. Mestre e Doutor em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP, realizou os seus estudos de pós-doutoramento na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – FE/Unicamp. Entre outros livros, publicou *Breve história da mulher no mundo ocidental* (ISBN 85-85833-92-0) e *Reflexões sobre o tempo, a história e a utopia no cotidiano da escola* (ISBN 85-98907-04-9). Para correspondência eletrônica, utilizar o seguinte e-mail: [carlosbauer@uninove.br](mailto:carlosbauer@uninove.br)

# HISTORIA, EDUCACIÓN Y CONSTRUCCIÓN DE IDENTIDAD NACIONAL

Carlos BAUER

*Centro Universitário Nove de Julho – Uninove –*

## RESUMEN

El objetivo de este ensayo es reflexionar sobre un tema relacionado con la formación del profesor, el carácter político de su profesión, la acción pedagógica y el compromiso que éste tiene con las clases populares en su lucha cotidiana contra las sórdidas condiciones que le fueron impuestas por las élites brasileñas en el momento que éstas produjeron, ideológica y culturalmente, su concepción de nación. Buscamos analizar críticamente cómo algunos discursos ideológicos producidos por las élites brasileñas han contribuido históricamente a la «deformación» y a la «descalificación» de los profesionales de la enseñanza. En el cotidiano de la escuela, el tema de la identidad cultural necesita recibir atención permanentemente. La cultura nacional, producida a partir de experiencias históricas diversificadas, se viene desarrollando por la intensa y conflictiva confluencia de clases sociales, razas y etnias. El problema es que, en el desarrollo de nuestro trabajo docente, reproducimos mecánicamente concepciones excluyentes, reduccionistas y hasta prejuicios sobre el proceso de formación de la identidad nacional en el Brasil.

**Palabras clave:** ideología, pertenencia, cultura, cotidianidad e identidad nacional.

## INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira experimenta hoje um processo de maturação o que expõe de forma acentuada, quando não dramática, suas principais contradições. Dentre elas, as insistentes e reiteradas tentativas para esconder os excluídos, abafar histórica e socialmente os ex-escravos e exilá-los nos morros e favelas, submeter ao silêncio os homens brancos e pobres, prender os sem terra e os sem teto, transformando todos em personagens que precisam ser «reeducados», quando não os reduzindo a condição de marginais e indigentes. Homens, mulheres e crianças que precisam ser «assistidos» pelos serviços de segurança pública e social. Mas, eles estão em cena, não se deixando estigmatizar e reivindicando um lugar na história, suportando as mais sórdidas condições de existência, os limites impensados da miséria e dizendo que, também, fazem parte da nação, produzem sua cotidianidade e história social. Fazem parte da construção daquilo que chamamos de povo.

*Também estamos cientes de que diferentes autores (dos representantes oficiais da Coroa Portuguesa e viajantes do séc. XIX aos intelectuais do século XX) tem-se ocupado em retratar e até mesmo definir algo como 'identidade',*

*um 'espírito', uma nacionalidade brasileira. Tais discursos, enquanto leituras e construções de sentido em torno desse 'povo brasileiro', se tornam, ao longo dos séculos, também os seus construtores. Como sabemos, as identidades nacionais são formadas e transformadas dentro e em relação a um sistema de representações simbólicas, pois uma nação não é somente uma idéia de nação representada nas diferentes manifestações culturais. Uma cultura nacional é, portanto, um discurso que constrói identidades ao produzir significados sobre a 'nação' com a qual podemos nos identificar<sup>2</sup>.*

A construção de valores e significados culturais são pacientemente introduzidos na história de uma nação, disseminam-se pela memória dos homens que articulam o seu presente com o passado e as imagens que foram forjadas ao longo da história nacional.

## Referencial teórico

O referencial teórico que orienta o presente artigo é marxista. Entendemos o marxismo não como um sem número de prescrições imutáveis, irreduzíveis na explicação da vida social, mas como uma *teoria crítica* que assume explícita e radicalmente o seu compromisso com a superação das injustiças sociais produzindo, ou buscando produzir, uma crítica profunda do momento histórico em que vivemos, buscando nele as relações de exploração, opressão e expropriação e, fundamentalmente, transformar essa crítica em posição ideológica, política e ética inspirada em princípios dignificantes da existência humana.

Reivindicar uma ética antropocêntrica capaz de dignificar o existir humano, sua cultura e a sua capacidade de projetar e produzir uma sociedade igualitária pressupõe, entre outras coisas, apontar os obstáculos ao desenvolvimento deste projeto utópico nesta época da história em que vivemos: a ***era do capital***, na precisa e concisa definição do Eric Hobsbawm.

Falando-se dos obstáculos, do ponto de vista econômico, o mundo capitalista levou às últimas consequências a chamada alienação. Em linhas gerais, podemos dizer que a alienação é a separação do trabalhador dos meios de produção - ferramentas, matérias-primas, a terra, as máquinas ou mesmo a cultura e a educação -, que acabaram se transformando em propriedade privada do capitalista. Não bastasse isto, o trabalhador perdeu também o controle do resultado do seu trabalho, que foi apropriado pelo capitalista. A industrialização, a propriedade privada da terra e o trabalho

<sup>2</sup> FRANCA, V. R. V. (Org.) (2002): *Imagens do Brasil - modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica, v. 1. Pág. 10.

assalariado separaram o trabalhador dos meios de produção e, simultaneamente, do fruto do seu trabalho.

O próprio trabalho do professor, irremediavelmente inserido nas esferas da produção capitalista, encontra-se alienado ou, como escreve Florestan Fernandes, objetivado: «o professor foi objetivado e ainda o é na sociedade brasileira (...) Todos (professores) somos, fomos e seremos brutalizados»<sup>3</sup>.

Podemos, assim, dizer que essa é à base da alienação econômica na sociedade capitalista e que atinge a tudo e a todos que vivem neste mundo.

Do ponto de vista político, o homem também não deixou de se alienar. Isto porque se desenvolveu o princípio da representatividade, um dos sustentáculos do ideário liberal, que projetou uma idéia do Estado neutral, com a responsabilidade de representar toda a sociedade e governá-la através do poder que emana dos indivíduos. Karl Marx e uma infinidade de outros autores demonstraram que, na sociedade burguesa, esse Estado representa tão somente a classe dominante e suas ações traduzem, normalmente, o interesse desta.

Por seu turno, a filosofia foi estimulada a criar representações do homem e da sociedade. Marx analisa que a divisão social do trabalho operou um movimento que fez com que a filosofia se transformasse numa atividade produzida por um determinado grupo. Logo, ela é parcial e busca refletir o pensamento deste grupo na sociedade. Essa parcialidade e o fato de que o Estado se torna legítimo a partir dessas reflexões parciais e profundamente ideológicas – como aquelas que, por exemplo, se produzem no âmbito do liberalismo – transformaram a filosofia em *filosofia do Estado*. Esse comportamento do filósofo e também do cientista colaborou bastante com a alienação do homem.

Vivendo assim alienados, separados, cindidos e mutilado, o homem poderá recuperar sua condição humana que lhe foi usurpada através da crítica permanente e radical ao sistema econômico alienante, à política e à filosofia e a ideologia burguesa que o excluíram de uma participação ativa e efetiva na vida social. Essa crítica não se opera apenas reivindicando-se um determinado referencial teórico, ela se efetiva na *práxis*: uma ação política, dialética, consciente e transformadora.

<sup>3</sup> FERNANDES, Florestan. (1989): *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez. pág. 158.

Como desdobramento de um princípio como este de *práxis*, que se constitui com base na capacidade de produzir a crítica da sociedade vinculada à ação política, buscamos nos relacionar com um referencial teórico capaz não apenas de pensar criticamente o mundo, mas de produzir uma radical ação transformadora deste.

## Objetivos

A presente abordagem, em forma de ensaio, tem um caráter eminentemente bibliográfico, mas não abre mão de utilizar-se de fontes primárias e documentais. O seu principal objetivo é refletir sobre a formação do professor, o caráter político de sua profissão e ação pedagógica e o compromisso que este produz com as classes populares em sua luta cotidiana contra as sórdidas condições que lhe foram impostas pelas elites brasileiras no momento que esta produziu, ideológica e culturalmente, sua concepção de nação. Também temos como objetivo analisar como discurso ideológico produzido pelas elites brasileiras tem contribuído com a «deformação» e a «desqualificação»<sup>4</sup>, utilizando-se aqui as expressões consagradas por Miguel Arroyo, dos profissionais do ensino em nosso país.

## Metodología

Para melhor entender como se produziu, ideológica e culturalmente, à exclusão social no Brasil buscaremos verificar, tal qual um ensaísta, como suas elites, invariavelmente, marcadas por ações e traços conservadores e autoritários, pensaram e projetaram, no imaginário social – por exemplo, através da escola - uma idéia de nação praticamente desprovida das contradições étnicas, sociais, religiosas, culturais, econômicas, políticas, além de tantas outras contradições bem visíveis no solo histórico do país.

Dissertaremos sobre o tema, principalmente, inspirando nossas análises a partir da leitura de autores como Florestan Fernandes, Muniz Sodré, Marilena Chauí, Agnes Heller, Carlos Rodrigues Brandão, Vivian Schelling, José Murilo de Carvalho (a), Caio Navarro Toledo, Eric Hobsbawn, Maria Luisa Santos Ribeiro, Vera Regina Veiga França, Mario Vieira de Mello, Miguel Arroyo, além de tantos outros.

<sup>4</sup> Cf. ARROYO, Miguel G. (1985): Quem de-forma o profissional do ensino? *Revista de Educação AEC*, Brasília, 14(58): 7-15, out./dez..

## Desenvolvimento

No cotidiano da escola, a temática da identidade cultural merece receber atenção permanente dos professores no Brasil. Produzida a partir de experiências históricas extremamente particulares, a cultura nacional vem se desenvolvendo, desde a primeira hora da colonização, pela intensa e conflituosa confluência de raças e etnias, e também pelo sincretismo de valores indígenas, europeus, africanos e asiáticos que por aqui se instalaram. Porém é preciso dizer que, desde muito tempo atrás, vem sendo discutido, se existe ou não uma identidade brasileira capaz de reconhecer, sem a presença de ranços colonialistas, visões estereotipadas e marcadamente ideológicas, as múltiplas contribuições étnicas e culturais que a produziram.

Fora dos discursos apologéticos e do triunfante nacionalismo, próprios das datas comemorativas e dos percalços que a xenofobia produz, as repostas são principalmente negativas. O problema é que muitas vezes, no desenvolvimento de nosso trabalho docente, reproduzimos mecanicamente concepções excludentes, reducionistas, quando não preconceituosas do processo de formação da identidade nacional no Brasil.

No âmbito dos cursos e espaços de formação de professores é preciso reconhecer que as formas pelas quais as elites projetaram e implementaram a construção da identidade nacional brasileira traduzem, numa perspectiva histórica, grandes obstáculos à construção de uma identidade comum não excludente, não marcada pela segregação racial, social, econômica, política e pelo reconhecimento crítico e afirmativo do multiculturalismo presente em nosso processo societário.

De pronto três questões precisam ser debatidas:

- a primeira, a nação brasileira não é tão antiga quanto à chegada dos primeiros colonizadores europeus;
- a segunda, em nosso país, a possibilidade da identidade nacional resulta de um esforço consciente e militante;
- a terceira, principalmente desde os meados do século XIX, foram forjados as grandes e principais ideologias nacionais.

De fato, a idéia de se produzir uma nação moderna e higienizada no Brasil remonta ao século XIX. Para seus ideólogos, sempre com realce para aqueles que produziram discursos conservadores e positivistas, a nação brasileira aparece como uma grande comunidade. Excluindo-se os escravos, os primeiros afros descendentes, os homens brancos e pobres e os índios que – quando não estão sendo retratados de forma romântica e idílica em obras literárias - estão permanentemente sendo exterminados, ela é concebida dentro de uma idéia de fraternidade de nascimento. Esta nova idéia concebe

as pessoas não como parte de uma classe, ou religião, mas como parte de uma nação territorialmente edificada. Simplificando, ser brasileiro é próprio de quem nasce no Brasil. Neste sentido, aqueles foram chamados de índios pelos colonizadores, não importando sua cultura, sua língua, sua história e ancestralidade serão transformados, por decreto ou pela pena de algum escritor, em brasileiros.

Futuro e passado colonial aqui, necessariamente, se cruzam. Para passar do Brasil dos engenhos e dos senhores escravocratas, para um instante de identidade comum, quantos problemas não seriam necessários superar?

Por exemplo, nos fins do século XIX, enquanto as elites brasileiras exaltavam a possibilidade da «modernização» da sociedade e a gênese da República era a materialização deste ideário, no arraial de Canudos, a população civil – homens, mulheres, velhos e crianças – eram impiedosamente exterminados pelo exército brasileiro com seus sonhos de edificação de uma sociedade autônoma e liberta das amarras do Estado republicano recém instituído.

*Canudos foi uma guerra fratricida, na qual foram cometidos exageros em nome da ordem constitucional. No entanto, não devemos ficar atados apenas ao belicismo trágico deste episódio. O exército não pode ser considerado uma instituição isolada da nação, que agiu por sua única e exclusiva vontade. A identificação de um suposto perigo localizado no distante sertão baiano e que ameaçava a paz da nação era exercício quase que diário para os episódios das principais cidades do país desde os primeiros conflitos entre conselheiristas e forças policiais da Bahia. Ao tratar da questão de Canudos, a edição de 9 de setembro de 1897 de O País trazia as seguintes expressões: 'um punhado de sertanejos ignorantes; um sintoma gravíssimo de perturbação geral (...); uma reação religiosa poderosamente organizada, (...) um plano de restauração monárquica.' Tais representações, criadas ao sabor dos grupos e instituições cujos interesses estavam ameaçados, acabaram justificando a presença do exército e a luta armada, em nome do Estado republicano*<sup>5</sup>.

Como educadores precisamos refletir profundamente sobre episódios como este que são identificadores da forma pela qual as camadas populares são pensadas na construção da sociedade brasileira. Lembrar criticamente da Guerra de Canudos é uma possibilidade de reconhecer também que o Brasil vem se formando através de estranhamentos sociais. Em Belo Monte, cidade construída sob a liderança de Antônio Conselheiro, lutava-se contra

<sup>5</sup> ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. (1997): *Canudos: imagens da guerra* / (textos) Cícero Antônio F. de Almeida; (fotografia) Flávio de Barros. Rio de Janeiro: Lacerda Ed.: Museu da República., pág. 12.

«estrangeiros», numa guerra interétnica travada no *fim do mundo*, afirmando-se a vitória da «civilização» contra «barbárie». Euclides da Cunha, como ninguém, nos ajuda a entender este estranho sentimento que se apossava dos soldados do exército:

*Discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional. Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pinturesca. Invadia-os o sentimento de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil*<sup>6</sup>.

São muitos e diversificados os conflitos perdidos na memória dos problemas sociais que se produziram em nosso país. A construção da identidade social brasileira pressupõe o desafio de mergulharmos profundamente num oceano de ambigüidades que estão presentes no cenário histórico de nossa formação social. Não reconhecer os conflitos sociais inerentes ao processo de formação social equivale a projetar a nação como um mito e não como uma realidade historicamente constituída.

Não permitir que estes personagens sem voz tenham sua história confiscada é fundamental para melhor compreender a formação de nossa identidade nacional sem simulacros. Neste sentido, não podemos deixar de dizer que até agora - e este agora é marcado pela transição do século XX para o XXI e pelo nascimento de uma nova era - não existe nenhum elo comum sólido, exceto pelo fato de terem nascido no mesmo território, entre um sem terra e um grande proprietário responsável pelo avanço da agroindústria no campo brasileiro. Muitas vezes, nas periferias das grandes cidades, o esgarçar social parece, inevitável. Sim, as diferenças são imensas e, talvez, impossíveis de serem superadas.

Pergunta-se: quais são os argumentos que possam convencê-los que eles - sem terras ou latifundiários - fazem parte de uma mesma comunidade de interesse?

Como convencer os habitantes de regiões como Corumbiara e Eldorado dos Carajás, que todos eles - latifundiários e sem terras - fazem parte de uma mesma ancestralidade e produzem uma mesma cultura?

Na busca de responder ao problema de nossa formação nacional e identidade cultural entre nossos românticos nacionalistas existiam aqueles que partiam de uma concepção francesa, comungavam da perspectiva de

<sup>6</sup> CUNHA, Euclides (1995): *Obra completa*. Edição organizada sob a direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar., pág. 453.



que o conceito de nação nascia de uma vontade política que os indivíduos deveriam aderir livremente. A sustentação de tal argumentação significava, em pleno século XIX, pura e simplesmente, desconsiderar, além do significado histórico, o papel social e cultural desempenhado pelos escravos no Brasil.

Há a concepção alemã, com muito mais influência sobre nós, afeitos ao formalismo jurídico, que é naturalista e nesta predomina o componente étnico na formação da nação.

Estas oposições serão bastante vulgarizadas no Brasil, pelo menos, desde os primeiros instantes de sua independência e, no transcurso das ações de nossas elites políticas, econômicas e culturais e deverão aparecer articuladas.

Porém, substancialmente, o que todos buscam é a «verdade» de nossa identidade nacional. A experiência cultural é decisiva na constituição de nossas formas de pensar, de compreender, de ser e de viver o mundo, penetra na essência de nossa existência, portanto, interferindo tanto na materialidade, quanto na subjetividade na qual estamos mergulhados. Logo, todos estes discursos, que aqui são identificados, de forma panorâmica, não estão apenas apresentando uma narrativa lógica sobre determinada temática, mas produzindo sua própria «verdade» identitária. Aliás, sobre a idéia de verdade, o presente escrito de M. Foucault é lapidar:

*A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro <sup>7</sup>.*

No golpe militar, que forjou a República, predominavam as perspectivas tradicionais que aspiravam as origens da nação, os movimentos nativistas, as rebeliões coloniais, nossas semelhanças e riquezas culturais, nossos traços comuns que, uma vez articulados pelos intelectuais afinados com os interesses das elites político-militares, agora encastelados no poder, passaram a ser vulgarizadas como fundantes da nação. Neste sentido, a primeira lição que a escola republicana ensinou as crianças foi o papel dos seus heróis, em particular, aqueles que assumiram patentes militares por gestos heróicos ou

<sup>7</sup> FOUCAULT, M. (1996): *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal., pág. 12.

se notabilizaram por ações próprias deste segmento. A escola e os livros escolares também foram responsáveis pelo desenvolvimento do mito do índio como um dos fundadores da nação, excluía os negros e seus infortúnios, o extermínio dos povos pré-cabralianos e comprometiam-se com a construção de uma nação branca e civilizada.

Neste período que é – simultaneamente - o da Abolição da Escravatura e o da proclamação da República, foi preciso construir, como escreve Vera Regina Veiga França,

*Uma nova nação, reconstruir uma triste realidade; a marca da escravidão incomodava: precisávamos nos tornar uma nação moderna, dentro do figurino convencionado para tal; a mestiçagem era vista como profunda desvantagem; investia-se no 'branqueamento' da população. Políticos e intelectuais se lançam em missões civilizatórias, buscando erguer uma nação e construir um povo. Nessa (...) construção, o povo aparece – mas de forma muito negativa. Aparece um povo que precisava ser apagado, para dar lugar a outro <sup>8</sup>.*

Neste mesmo contexto histórico também é interessante notar, entre outras coisas, que:

*A escola foi no imaginário republicano, signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o progresso na sociedade excludente que se estruturou nas malhas da opção imigrante, nos fins do século XIX e início deste, a escola foi, entretanto, facultada a poucos <sup>9</sup>.*

Assim, desde há muito tempo ou, para ser mais preciso, desde a primeira hora da República, houve um grande trabalho de construção da identidade nacional. Uma tentativa consciente de realização de uma ação pedagógica que visava disseminar a idéia de que as pessoas pertenciam a uma comunidade.

Hoje, quando simplesmente observamos alguns livros didáticos de História do Brasil, encontramos a presença de alguns elementos ideológicos comuns:

- 1º valores - ou mitos - fundadores;
- 2º cada unidade da federação é pensada como aquela que constrói uma história continua de lutas pela integridade, sobrevivência e identidade nacional;

<sup>8</sup> FRANCA, V. R. V. (Org.) (2002)., Op. Cit, pág. 39.

<sup>9</sup> CARVALHO(b), Marta Maria Chagas de. (1989): *A escola e a república*. São Paulo: Brasiliense. p. 12.

- 3º a história oficial também registra grandes nomes e inúmeros heróis nacionais;
- 4º as grandes obras e monumentos históricos; o folclore e as paisagens típicas e até mesmo a fauna e a flora são apresentados como constituintes da nação;
- 5º a nação é apresentada como aquela que reúne elementos pitorescos: culinária, animais, danças, futebol e músicas típicas e uma grande variedade de tipos humanos.<sup>10</sup>

Numa das mais importantes instituições, a escola, responsável pela reprodução social, essa lista de elementos é regular e cotidianamente apresentada e atualizada para identificar à nação brasileira. Fora da escola e dos livros didáticos, bastará olhar um selo ou mesmo uma cédula e lá estará presente este ou aquele item dos que foram acima listados.

No Brasil, pelo menos desde o século XIX, foi realizado um trabalho imenso por professores, intelectuais, artistas e muitos outros na construção da identidade nacional. Houve um grande intercâmbio entre todas as regiões e os autores ditos regionalistas firmaram valores nacionalistas o que levou a um processo de padronização desta identidade; o que, por sua vez, foi acompanhado pelo intenso e acelerado processo de urbanização da vida social brasileira.

Na literatura, não exclusivamente, mas principalmente nela, estes elementos estão presentes na conformação da nação, tornando-os inteligíveis e aceitos pela população - a letrada, é claro!

Na perspectiva literária, a nação funda-se no universalismo e os personagens que habitam suas páginas são os grandes heróis comprometidos com a disseminação dos valores que tornem possível a sua consolidação. Em José de Alencar, por exemplo, o índio é encarado como uma espécie de musa viva da nação.

Na historiografia, que se produz com grande influência do pensamento positivista, o esforço é o de mostrar os vestígios das grandes realizações que nos levam, inexoravelmente, ao nascimento, a gênese do próprio povo.

<sup>10</sup> Entre outros, na construção deste ensaio, foram consultados os seguintes livros didáticos: *História do Brasil – Colônia, Império, República* -, de Francisco de Assis Silva, publicado pela Editora Moderna, de São Paulo, em 1994; *História do Brasil – da pré-história do Brasil aos dias atuais* -, de Nelson Piletti, publicado pela Editora Ática, de São Paulo, em 1991; *História do Brasil – para uma geração consciente* -, de Gilberto Cotrim, publicado pela Editora Saraiva, de São Paulo, em 1984; *História e Civilização: o Brasil Imperial e Republicano*, de Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez, publicado pela Editora Ática, de São Paulo, em 1995.

Este paradigma incentiva a uma coleta dos vestígios da cultura popular. Não serão poucos os arautos do nacionalismo que irão incentivar a uma coleta dos valores da cultura popular. Chega-se mesmo a afirmar que a literatura popular deve traduzir a alma nacional.

Um outro elemento importante é a construção da língua. A idéia de uma língua nacional pressupõe o idioma como um elemento de confraternização entre todos os compõem a nação. Agora o idioma uniformiza e a unificação lingüística comparece como uma obrigação das instituições escolares junto aos cidadãos, com a perspectiva de sufocar os múltiplos «assassinatos» que, cotidianamente, se cometem contra a língua pátria.

Em muitos estados do país foi necessária uma verdadeira batalha, no dia a dia das escolas responsáveis pela educação básica, mas também universitária, para unificar a língua portuguesa. Em muitos casos, ensinar a língua portuguesa e outros fundamentos aos educandos pressupõe o estabelecimento de um ousado projeto governamental. Vejamos como, nos idos de 1826, a elite brasileira projeta a educação dos seus filhos:

*Nas escolas de 1º grau, se compreenderão a arte de escrever e de ler, os princípios fundamentais de aritmética, e os conhecimentos morais, físicos e econômicos, indispensáveis em todas as circunstâncias e empregos (...)*

*Nas escolas de 2º grau, se compreenderão os conhecimentos das ciências morais e econômicas (...)*

*Nas escolas de 3º grau se compreenderão: a análise completa das faculdades e operações do entendimento; a gramática geral ou a arte de falar (sic); a retórica ou a arte de escrever (sic); o estudo das línguas mortas e os das vivas; o conhecimento dos diversos modos da sua escritura, ou seja em diplomas ou em moedas e inscrições lapidares; a hermenêutica ou a arte de distinguir os monumentos e diplomas genuínos dos apócrifos; e finalmente a geografia antiga e moderna, a cronologia e a história filosófica, tanto civil como literária.<sup>11</sup>*

Foi preciso, também, escrever a história da nação. Evidentemente, trata-se de uma narrativa marcadamente ideológica, de corte positivista e liberal, uma narrativa centrada em grandes feitos militares, em grandes acontecimentos: a Guerra do Paraguai, por exemplo. Está em curso a construção de um discurso que postula um ser coletivo e nacional.

<sup>11</sup> ANNAES do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados, 1826, tomo II, sessão de 9 de junho de 1826, título IV, art. 1º, p. 152.

Essa história da nação precisa ser vulgarizada. A escola, a literatura, o teatro e até mesmo cartões postais e utensílios domésticos deverão se prestar a tal intento.

Com a idéia de nação surge também o conceito de patrimônio histórico. Uma obra literária, do chamado romantismo brasileiro pode ter como personagem principal a cidade mineira de Vila Rica, a carioca Ilha de Paquetá ou até mesmo um córrego no bairro paulistano do Ipiranga.

Nestes e outros casos, os escritores procuram nos ensinar que a nação, sua história e a de seu povo é a história dos seus monumentos e patrimônio arquitetônico. Em toda a nação, nas mais variadas regiões, houve um grande trabalho de convencimento de que os prédios tinham um papel de preservação da história nacional e dos feitos dos seus ancestrais.

A partir da preservação do patrimônio histórico e artístico surge a idéia de que a nação tem sua própria história.

Paralelamente a idéia da construção da identidade cultural, houve a necessidade da construção do território nacional. Aqui, mais uma vez, veremos os feitos militares e a argúcia diplomática de nossas elites serem vangloriados.

No Brasil, outro elemento importante da construção da identidade nacional e a produção de um folclore que, pretensamente, pertence à ancestralidade do nosso povo.

Por todo país, os museus serão largamente disseminados, como expressão de um gesto político. O caso mais notório, mas não único, é o do Museu do Ipiranga, na cidade de São Paulo, construído onde, «exatamente», a independência teria sido declarada.

Uma nação digna, como a brasileira, não pode apresentar-se como imperialista e agressora dos seus vizinhos. Ela não pode tomar o território de outra nação. Quando ela luta, luta pela defesa ou pela retomada do seu território... O problema é que o território brasileiro cresceu e as agressões foram feitas. Gostemos ou não, o Brasil exerce um papel sub-imperialista na América Latina.

É interessante notar que as elites nacionais justificam o seu futuro industrial reivindicando um passado agrário. No Brasil, o fato de mudar, dando a aparência de que nada mudou, é o que permite a consolidação - conservadora e autoritária - do Estado Nacional.

No século XX, os diferentes governos autoritários souberam trabalhar a idéia de um homem novo e moderno, com vínculos com os seus ancestrais do mundo rural.

A nação foi pensada como uma fraternidade cristã, uma comunidade democrática (econômica, política e racial) e sem contradições. Este posicionamento ideológico não foi capaz de mascarar a realidade e, mesmo submetidos a mais profunda e sórdida exclusão, surgiram diversificados grupos concorrendo com as elites na construção dos valores nacionais.

Na segunda metade do século XX, toda a história do Brasil transcorreu em torno desta dicotomia. Não faz mais do que duas ou três décadas e muitos intelectuais acreditavam que os valores do nacionalismo, que a elite brasileira produziu, com base na exclusão, estavam consolidados e que, quaisquer outras perspectivas, nem mesmo existiam. A realidade hoje é muito distinta e desautoriza tais prognósticos.

Também nos parece bastante claro que, no bojo desta modernidade tardia, produzida no Brasil, de forma acelerada, a partir da década de 1930<sup>12</sup>, tornaram possível a reflexão sobre determinadas artificialidades presentes nos processos culturais anteriormente abordados. Sim, somos, simultaneamente, o que escolhemos ser, e o que podemos ser. Assim, o discurso ideológico que nacionalismo brasileiro produziu pôde ser percebido como uma narrativa, que atribui unidade e sentido ao que é, historicamente, conflituoso, caótico e fragmentado. Daí a afirmação – que logo mais será aprofundada – de que a questão das implicações éticas e étnicas do problema nacional no Brasil exige uma mediação e uma retomada crítica do problema do encontro societário que aqui se produziu e que, permanentemente, continua se produzindo.

## Considerações finais

Evidentemente, estamos cientes que intelectuais como Talal Assad, Edward Said, Eric Hobsbawm e Benedict Anderson<sup>13</sup> trouxeram para o plano teórico do qual buscamos nos filiar – o marxismo – a questão da artificialidade da idéia de nação e do conceito de cultura e que, sobre este ponto de vista, o debate aqui postulado é, no mínimo, extemporâneo. Também sabemos que existem aqueles, no campo oposto de nossas

<sup>12</sup> Cf. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *Introdução à história da Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

<sup>13</sup> HOBBSAWN, Eric. «Introdução: a invenção das tradições». In: HOBBSAWN, E.; RANGER, T. (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

convicções políticas, teóricas e societárias, que consideram, ou melhor, dizendo, argumentam que o Brasil é parte da ocidentalidade cristã, ou seja: a cultura brasileira é a própria expressão acabada e aperfeiçoada da cultura ocidental e cristã<sup>14</sup>. Por outro lado, evidentemente, se pode argumentar que, num mundo «globalizado», a única cultura possível é a universal. Logo, buscar compreender as vicissitudes do processo de formação cultural brasileira é algo desprovido de sentido. Porém, nossa opinião é distinta destas. Ela parte do pressuposto que é necessário reconhecer a originalidade e a diversidade da cultura e o papel crucial que esta tem na formação e na educação do homem integral que projetamos e almejamos alcançar.

Vivemos uma nova, dinâmica, acelerada e conflituosa etapa histórica. É importante dizer que com o desmoronamento do regime militar-empresarial, instaurado de forma golpista e pela força em 1964, foi necessário reorganizar a vida econômica do país, além do espaço e o pensamento político, também foi necessário reorganizar a vida social com base em novos paradigmas e protagonistas sociais que, agora, entravam em cena, com suas lutas e perspectivas de organização política, rearticulando a sociedade civil, a vida política e cultural nas mais distintas localidades e regiões brasileiras. A identidade cultural de um país é resultado das condições estruturais que estão presentes tanto no solo histórico que sua gente palmilha, quanto nos embates que produz na cotidianidade. Antigos ativistas políticos e sindicais perseguidos nos idos das décadas de 1960 e 1970 transformaram-se em ocupantes privilegiados das principais instituições nacionais, movimentos sociais questionam com sua práxis, no campo e na cidade, os privilégios que as elites políticas, econômicas e culturais sempre desfrutaram no Brasil. Uma etapa histórica como esta traz com ela uma grande oportunidade de produzirem profundas e estruturais transformações na forma como pensamos e produzimos a cultura em nosso país.

As elites brasileiras, formadas em torno de valores autoritários, pactos conservadores, direitos cerceados ou restritos, produziram uma nação povoada por sem terras, sem tetos, sem renda, sem escolas, sem cultura e educação, sem trabalho e esperança. Num mundo com este, como vislumbrar que um homem, sem nem mesmo um teto que lhe possa abrigar contra intempéries que a natureza produz, aspire pertencer a uma nação?

<sup>14</sup> SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1981, conferir, especialmente, «O Brasil e a defesa do ocidente», pp. 217-250.

A cidadania não existe para milhões de brasileiros, excluídos das mais elementares condições de vida e submetidos as mais sórdidas das explorações. Logo, não se pode falar em identidade nacional, não se pode falar de cultura como expressão da forma particular que o povo brasileiro tem de compreender e transformar o mundo, enquanto as mazelas sociais não forem definitivamente superadas em nosso país.

Estamos vivendo uns instantes históricos novo, povoados de contradições e acirramento das lutas de classes. Isto nos permite dizer que a possibilidade construção de uma identidade nacional plural, de orientação democrática e socialista, é factível e encontra-se totalmente em aberto no Brasil. Neste sentido, ao refletir sobre alguns aspectos ideológicos que estão presentes na formação do professor, ao apontar o caráter político de sua profissão e ação pedagógica, reivindicamos que este possa também assumir um compromisso com as classes populares em sua luta cotidiana contra as sórdidas condições que lhe foram impostas pelas elites brasileiras, dentre outras formas, principalmente: denunciando, criticando e buscando, na cotidianidade de sua práxis educacional – que se quer «consciente, crítica, politicamente mobilizadora, capaz de transformar tanto os símbolos com que se representa e ao seu mundo, quanto a sua própria e dura realidade material»<sup>15</sup> –, contribuir com a superação das formas e dos conteúdos com os quais, estas mesmas elites, produziram, ideológica e culturalmente, sua excludente concepção de nação.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. (1997): *Canudos: imagens da guerra /* (textos) Cícero Antônio F. de Almeida; (fotografia) Flávio de Barros. Rio de Janeiro: Lacerda Ed.: Museu da República.
- ARROYO, Miguel G. (1985): «Quem de-forma o profissional do ensino?» *Revista de Educação AEC*, Brasília, 14(58): 7-15 out. /dez.
- ANNAES do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados, 1826, tomo II, sessão de 9 de junho de 1826, título IV, art. 1º.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1986): *A educação como cultura*. São Paulo: Brasiliense.

<sup>15</sup> BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1986): *A educação como cultura*. São Paulo: Brasiliense, p. 15.



CARVALHO (a), José Murilo de. (1998): «Brasil: nações imaginadas». In: \_\_\_\_\_. *Pontos de bordados*. Belo Horizonte: UFMG.

CARVALHO(b), Marta Maria Chagas de. (1989): *A escola e a república*. São Paulo: Brasiliense.

CHAUÍ, Marilena. (1981): *Cultura e democracia*. São Paulo: Moderna.

CUNHA, Euclides (1995): *Obra completa*. Edição organizada sob a direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

FERNANDES, Florestan. (1989): *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez.

FRANCA, V. R. V. (Org.) (2002): *Imagens do Brasil - modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica, v. 1.

FOUCAULT, M. (1996): *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal.

HELLER, Agnes. (1989): *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOBBSBAWN, Eric. (1997): «Introdução: a invenção das tradições». In: HOBBSBAWN, E.; RANGER, T. (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MELLO, Mario Vieira de. (1963): *Desenvolvimento e cultura: o problema do estetismo no Brasil*. São Paulo: Nacional.

SHELLING, Vivian. (1991): *A presença do povo na cultura brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp.

SODRÉ, Muniz. (1996): *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. Rio de Janeiro: Vozes.

TOLEDO, Caio Navarro. (1977): *Iseb, fábrica de ideologias*. São Paul

**BAUER, Carlos.** (2008): «

», en *Revista Historia de la Educación Latinoamericana* No.10, Tunja, Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, RUDECOLOMBIA, pp. 139-135